

A handwritten signature in black ink, appearing to be a signature of the Confraria.



**CONFRARIA OU IRMANDADE DE
STA EULALIA**

**RELATORIO E CONTAS
ANO DE 2017**

ASSEMBLEIA de 23 de Março de 2018

REPESSES

[Handwritten signature]
Confraria ou Irmandade Santa Eulália IPSS 501825444

Rua do Fojo nº 27 – Repeses

RELATÓRIO E CONTAS

Exercício de 2017

DENOMINAÇÃO SOCIAL:

CONFRARIA OU IRMANDADE DE SANTA EULÁLIA “IPSS”

SEDE:

Rua do Fojo, nº 27
Repeses
3500 713 Viseu

NIPC : 501 825 444

NISS : 200 044 933 24

RELATÓRIO E CONTAS

RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais e estatutários, vem a Mesa Administrativa da Confraria ou Irmandade de Santa Eulália IPSS, submeter à Assembleia Geral o Relatório de Gestão e Contas, referentes ao período de 01/01/2017 a 31/12/2017.

1. INTRODUÇÃO

Tratando-se de uma IPSS, a atividade da Confraria ou Irmandade de Santa Eulália está direcionada para o apoio a idosos (ERPI e SAD) e para as crianças, (Berçário, Pré-Escolar e ATL).

Como atividade complementar, de âmbito religioso, compete à Confraria, através da Irmandade, praticar atos de culto católico, assim como administrar o Cemitério e a Capela ou Igreja de Santa Eulália.

Neste momento, a Confraria tem como Respostas Sociais protocoladas com a Segurança Social, as valências, Berçário (31 clientes), Pré-escolar (10 clientes), ATL (40 clientes) 20 com almoço e 20 sem almoço, SAD (30 clientes) e ERPI (Lar) (15 clientes).

2. RECURSOS HUMANOS

A Confraria ou Irmandade de Santa Eulália possui um Quadro de Pessoal adequado às necessidades, capaz de responder, com eficiência aos desafios e manter uma permanente qualidade de todos os serviços prestados.

Como se demonstra nos documentos financeiros o valor dos gastos com o pessoal (60 colaboradores 57 do Quadro e 3 Independentes) registaram um aumento significativo, em consequência do acordo salarial, celebrado entre a CNIS e os Sindicatos.

RELATÓRIO E CONTAS

A Confraria não deixará de continuar a candidatar-se, a todos os incentivos à Contratação que a cada momento, vigorarem, para minimizar os aumentos da massa salarial, assim como, beneficiar da isenção da TSU.

3. FORMAÇÃO

- Porque a Formação Profissional é obrigatoria, mas também necessária, a Confraria Santa Eulália, realizou diversas Ações de Formação, quer internas, quer externas e sobre diversos temas.
- Porque é necessário sensibilizar os colaboradores para o bom funcionamento da Instituição, foram realizadas oito ações de sensibilização sobre diversos temas.
- No âmbito do Cheque Formação, a Confraria viu aprovadas candidaturas para todos os colaboradores em diversas áreas.
- Através do Portugal 2020, frequentaram Formação financiada, diversos colaboradores nas seguintes Ações de Formação:
 - Técnicas de Socorrismo – Princípios Básicos
 - Suporte Básico de Vida Pediátrico
 - Nutrição e Dietética
 - O papel da Escola na prevenção da Obesidade Infantil e da Diabetes Tipo 2
 - Formação Não Financiada
 - Tesouraria
 - Formação Profissional de Transportes Coletivos de Crianças
 - Maneuseamento de extintores

RELATÓRIO E CONTAS

- Saber Envelhecer – Um Desafio Emergente

0502A – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1 – Referencial contabilístico:

O Dec. Lei 36-A/2011 de 9/03, contempla a aprovação do Sistema de Normalização Contabilístico para as Entidades do setor não Lucrativo, que torna obrigatório a partir de 1 de Janeiro de 2012 a apresentação de contas segundo este sistema, inspirado nas normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia.

As implicações deste Dec. Lei não foram só a nível contabilístico e de gestão já que com a aprovação do POC através da Portaria 106/2011 de 14/03 novas alterações foram efetuadas nos mapas a apresentar a tutela.

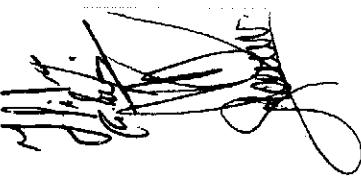
O Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março veio concretizar esse regime simplificado para Microentidades, de forma a reduzir a carga administrativa suportada pelas micro entidades, ao mesmo tempo que asseguram aos utilizadores das demonstrações financeiras uma informação adequada, e é este o referencial contabilístico aplicado na preparação das demonstrações financeiras.

1.1 Gestão do risco

A Instituição seguiu, ao nível de gestão de risco, a política adotada e explanada no Orçamento previamente aprovado pela assembleia geral.

a) Risco de Crédito

- 1) Créditos sobre Clientes



RELATÓRIO E CONTAS

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional:

Prestação de Serviços nas valências de:

1. Creche.
2. Infantário “Pré – Escolar”
3. C.A.T.L
4. Apoio Domiciliário
5. Lar de 3^a idade “ERPI”

O principal objetivo da gestão de risco de crédito é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a Instituição:

- Elaborou contratos de prestação de serviços com os clientes que diretamente usufruem dos serviços e um familiar responsável para responder pelos mesmos “LAR; INFANTARIO; BERÇARIO e ATL”, apenas a valência de apoio Domiciliário não possui na sua grande maioria um avalista pela Prestação de Serviços, sendo o cliente beneficiário único responsável.
- As mensalidades de acordo com os regulamentos internos das Valências, são pagas até ao dia 8 de cada mês, pelo que após uma tolerância nunca superior a “sete” dias, a secretaria e Mesa Administrativa, pressionam a cobrança de forma a não permitir o incumprimento, tendo até à presente data este procedimento sido coroado de êxito.

- É procedimento habitual da Instituição, encomendar à farmácia os medicamentos que os utentes nos solicitam mediante prescrição médica, por sua vez a farmácia envia-nos mensalmente a relação C/C de cada um, que gerimos em C/C individualizada e não revelada NOMINALMENTE na contabilidade para assim,

RELATÓRIO E CONTAS

preservarmos o direito ao bom nome dos Clientes quer residentes quer do apoio domiciliário, num meio em que todos se conhecem e cuja divulgação poderia criar conflitos difíceis de gerir, pelo que a conta 2781 revela apenas o saldo acumulado em clientes diversos.

2) Outros ativos financeiros para além de Créditos sobre Clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a Instituição detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários. Consequentemente existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras, maior agora em que se assiste a esforços para recapitalização da banca e ao colapso de banco que era uma referência nacional.

Como regra, os ativos financeiros decorrentes deste relacionamento com Instituições Financeiras envolvem apenas depósitos a prazo, que em caso de colapso são garantidos pelo Estado até ao montante de 100 mil euros por Banco.

1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

2.1- Referencial contabilístico adotado

As contas para 2017 foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas na norma contabilística do relato Financeiro Aviso 6726-B/2011 de 14/03, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de

RELATÓRIO E CONTAS

Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, respectivamente, nos Avisos n.os 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com a portaria 106/2011 de 14/03, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adoptadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respectivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2017 serão comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do exercício de 2016;

2 – Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2012 (*data de transição para NCRF*), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os

RELATÓRIO E CONTAS

princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta (*ou outro*) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Terrenos e Recursos Naturais INDEFINIDA
Edifícios e outras construções: 20 Anos
Equipamento básico: 10 a 3 Anos
Equipamento de transporte:..... 4 Anos
Equipamento administrativo:..... 8 a 3 Anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

RELATÓRIO E CONTAS

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao preço de aquisição.

1º - As existências no final de cada ano constituem apenas 2 grupos de produtos:

- **Produtos perecíveis “Géneros alimentícios”**

- a) Constituídos por “matérias-primas” destinadas à confecção de alimentos para os clientes, Creche; Infantário; ATL, Apoio Domiciliário e LAR.
- b) **Aquisições diárias**, pão, legumes, carne fresca e peixe fresco, cujas sobras não são passíveis de conservação, as regras implementadas HCCP “Hazard Analysis and Critical Control Point”, aliadas à fiscalização exercida pela ASAE, na maioria das vezes ultrapassando o bom senso na interpretação das normas não permite a sua conservação e consumo.
- c) **Aquisições bissemanais**, congelados, frutas e tubérculos
 - **Produtos não perecíveis “Material Clínico e Outros”**

RÉDITO (NCRF 20)

O crédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, regulado pelos protocolos de cooperação anualmente efetuados entre o representante das IPSS, “CNIS” e a tutela, e pelos valores de mercado quando se trata de bens ou valores constantes do imobilizado.

RELATÓRIO E CONTAS

O crédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Após elaboração de contrato Prestação de Serviços, e accordado o valor entre as partes bem como o inicio da Prestação dos mesmos.
- O regulamento interno define os abatimentos a efetuar em caso de interrupção prolongada dos Serviços por motivos de ausência ou internamento do cliente.
- O recebimento é antecipado e efetuado até ao dia 8 do mês a que o mesmo respeita. “Salvo medição que é englobada no recibo da mensalidade do mês seguinte”.

-PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

RELATÓRIO E CONTAS

- SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Subsídios Equipamento: Os subsídios ao equipamento destinado a arranjos exteriores ao Bloco 2, são registados na conta de Capital próprio 5933, e reconhecidos na Demonstração de Resultados na proporção das depreciações/amortizações.

O subsídio recebido do Fundo de Socorro Social, com vista a aquisição de viatura destinada ao Apoio Domiciliário, também registada na conta 5933 de capital próprio e reconhecidos na Demonstração de Resultados na proporção das respetivas amortizações.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Capital próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

- EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

Não aplicável 14.- IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

Não aplicável art.º 10 CIRC

- INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Prejudicado.

- Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

RELATÓRIO E CONTAS

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

- Esta Instituição tem como prática conhecida por todos os seus fornecedores, que todos créditos acumulados durante o mês são saldados no último dia do próprio mês ou através de transferência bancária, ou pela emissão de cheque a fornecedores que não revelam o NIB na faturação.
- Esta prática tem granjeado o respeito dos fornecedores que se esforçam diariamente para não perderem o cliente e por isso praticam o menor preço possível, clientes de risco nulo na cobrança.

Empréstimos

Reconhecidos pelo seu valor efetivo, unicamente efetuados aos clientes para pagamento de medicamentos solicitados à farmácia ou transporte em ambulância de e para o hospital ou consultas.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

RELATÓRIO E CONTAS

-BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

A contabilização dos gastos com as contribuições é efectuada no mesmo momento em que os empregados prestam serviço para a Entidade, não existindo outras responsabilidades para a Entidade.

- Remunerações do pessoal chave da gestão:

- a) Total de remunerações: 0,00€

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais (entendidos como pessoal chave da gestão), nos exercícios findos em 31 de Dezembro de N e N-1, foram as seguintes:

- A Mesa Administrativa da Instituição não auferiu qualquer remuneração pelo trabalho desenvolvido, sendo por todos efetuado em regime de voluntariado.
- Do mesmo modo não beneficia de senhas de presença ou qualquer tipo de compensação, pelo tempo disponibilizado.
- Ainda do mesmo modo, não recebe qualquer compensação pelos Km percorridos em viatura própria ou ajudas de custo por deslocações efetuadas em serviço da Instituição.

RELATÓRIO E CONTAS

Ativos fixos tangíveis

- Divulgações sobre activos fixos tangíveis:

- a) Base de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;
- b) Métodos de depreciação usados;
- c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;
- d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período.

- Propriedades de investimento

- Modelo aplicado (justo valor ou custo):

- Aplicação modelo do custo:

- a) Métodos de depreciação usados;
- b) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;
- c) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;
- d) Reconciliação da quantia escriturada da propriedade de investimento no início e no fim do período evidenciando:
 - Adições que resultaram de aquisições;
 - Adições que resultaram de dispêndio subsequente reconhecido como ativo;
 - Depreciações;
 - Quantia de perdas por imparidade reconhecida e quantia de perdas por imparidade revertida durante o período;
 - Outras alterações.

Imparidade de activos

- Para cada classe de activos:

RELATÓRIO E CONTAS

- a) Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão incluídas);
- b) Quantia de reversões de perdas por imparidade reconhecida nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão revertidas);
- c) Quantia de perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas diretamente no capital próprio durante o período;
- d) Quantia de reversões de perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas diretamente no capital próprio durante o período.

A Mesa Administrativa / /
José Francisco Gómez Carvalho
Mário Alves da Mota
Antônio da Silva Gomes

DRL VALENCIAS

2017

61	CEVIC	42.474,23	35.600,29	28.480,23	0,00	28.480,23	7.120,06	0,00	142.155,04
Sub-Total	(1)	42.474,23	35.600,29	28.480,23	0,00	28.480,23	7.120,06	0,00	142.155,04
62111	Act. Ext. Curricula	0,00	0,00	3.017,56	0,00	1.508,78	3.017,56	0,00	7.543,90
Sub-Total	(A)	0,00	0,00	3.017,56	0,00	1.508,78	3.017,56	0,00	7.543,90
62210	Trab Esp Confraria	2.376,44	1.018,48	1.357,97	678,99	678,99	678,99	0,00	6.789,86
62211	Paroquia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.205,00	1.205,00
62222	Public Propag	85,43	85,44	85,44	30,67	73,99	66,21		427,18
6224001	Medico	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		9.000,00
6224002	Enfermeiro	10.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		10.950,00
6224003	Act.Extra Curri	0,00	2.474,00	1.073,07	577,43	1.237,35	2.887,15		8.249,00
6224017	Atividade Senior	0,00	1.133,00	0,00	0,00	0,00	0,00		1.133,00
6226001	Cons repar Inst	963,52	412,94	550,59	275,30	275,30	275,30		2.752,95
6226002	Cons. Rep viat	408,72	1.226,14	1.430,50	408,71	204,36	408,71		4.087,14
72603/4	Cons.Rep Equip	2.893,16	1.239,92	1.653,23	826,61	826,61	826,61		8.266,14
6227	Cust Fina	107,67	36,60	53,85	21,53	45,24	51,70		316,59
Sub-Total	(B)	26.784,94	7.626,52	6.204,65	2.819,24	3.341,84	5.194,67	205,00	53.176,86
231001..4	Ferram Utens Desg Ra	1.488,15	637,78	850,37	425,19	425,19			4.251,87
6232002	Mat didatico	379,60	0,00	2.657,21	759,21	1.898,02	1.898,02		7.592,06
6233003	Mat Sec	502,61	213,07	313,43	125,27	263,25	300,71		1.718,34
6234	Oferta Utentes	143,87	60,99	89,72	35,86	75,35	86,08		491,87
6238	Outros	10,24	4,34	6,38	2,55	5,36	6,13		35,00
Sub-Total	(C)	2.524,47	916,18	3.917,11	1.348,08	2.667,17	2.716,13	0,00	14.089,14
6241	Electricidade	8.885,29	1.366,97	683,48	683,48	1.366,97			13.669,67
6243	água-confraria	6.951,49	1.604,19	534,73	534,73	534,73			10.694,60
6242	GÁS Gasoleo	21.842,19	5.040,50	1.680,17	840,08	2.520,25	1.680,17		33.603,36
6243	água cermíterio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		108,81
Sub-Total	(D)	37.678,97	8.011,66	2.898,38	2.058,29	3.738,46	3.581,87	108,81	58.076,44
625	desloca estadias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Sub-Total	(E)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
6261	Aluguer Equipamento	518,08	219,63	323,07	129,12	271,35	309,96		1.771,20
6262	Comunicações	546,74	231,78	340,94	136,26	286,36	327,11		1.869,19
6263001	Seg Viat	180,11	540,34	630,39	180,11	90,06	180,11		1.801,12
6263002	seg utentes	120,28	50,99	75,01	29,98	63,00	71,96		411,22
6263003	Multirriscos	602,07	120,41	120,41	120,41	120,41	120,41		1.204,13
6263004	Outros	34,60	103,80	121,10	34,60	17,30	34,60		346,00
6265/6	Serv Pub Not	196,08	83,13	122,28	48,87	102,70	117,31		670,37
6267	Mat. Limp	16.730,56	2.230,74	1.115,37	892,30	223,07	1.115,37		22.307,41
6268	outros	62,74	26,60	39,12	15,64	32,86	37,54		214,50
Sub-Total	(F)	18.991,25	3.607,41	2.887,69	1.587,29	1.207,11	2.314,38	0,00	30.595,14
FE TOTAL	(2)	85.993,93	20.461,77	18.925,39	7.814,90	12.463,26	16.824,61	11.137,11	163.484,43
632	salar. Pessoal	212.782,30	80.384,43	23.642,48	9.456,99	85.112,92	61.470,44		472.849,56
632110	trab suplem	4.982,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		4.982,07
634	indemni	574,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		574,02
635	enc. Crss.	46.923,83	17.726,78	5.213,76	2.085,50	18.769,53	13.555,77		104.275,17
6381	med. Higi trab	244,87	83,23	122,47	48,96	102,89	117,58		720,00
636	Seguro Pessoal	1.565,24	532,02	782,85	312,95	657,66	751,55		4.602,27
637	ação social	21,93	7,45	10,96	4,38	9,21	10,53		64,46
638	out. gast c/pessoal	103,73	35,26	51,88	20,74	43,58	49,81		305,00
Sub-Total	(3)	257.972,99	38.759,77	29.824,40	11.929,52	102.695,79	75.955,68	0,00	583.372,55
64	amort	62.008,91	8.411,58	22.017,57	0,00	16.409,85	1.117,08	1.742,64	111.707,63
Sub-Total	(4)	62.008,91	8.411,58	22.017,57	0,00	16.409,85	1.117,08	1.742,64	111.707,63
65	perdas p/imparridade	0,00							0,00
Sub-Total	(5)	1.409,79							1.409,79
68	out gast e Perdas	1.909,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		1.909,79
OTAL CUSTOS 1+2+3+4+5+6+7		459.194,19	162.942,81	99.247,59	19.742,42	162.046,23	101.017,43	10.956,75	1.007.650,13
72101	sad								56.038,50
72102	lar		372.900,17						372.900,17

Demonstração de Resultados por Naturezas (modelo reduzido)

Período Findo em 31.12.2017

	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			2017	2016
Vendas e serviços prestados	-		663.851,73	656.764,76
Subsídios à exploração	-		333.892,21	333.034,19
Variação nos inventários da produção	-		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	-		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-		-142.155,04	-147.085,80
Fornecimentos e serviços externos	-		-163.481,48	-153.446,53
Gastos com o pessoal	-		-588.372,55	-581.882,87
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	-		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-		0,00	0,00
Provisões (aumentos / reduções)	-		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas / reversões)	-		0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor	-		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	-		24.843,52	26.138,05
Outros gastos e perdas	-		-1.933,43	-417,44
			126.644,96	133.104,36
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos				
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-		-111.707,63	-124.748,49
			14.937,33	8.355,87
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)				
Juros e rendimentos similares obtidos	-		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-		0,00	0,00
			14.937,33	8.355,87
Imposto sobre o rendimento do período	-		0,00	0,00
Resultado líquido do período			14.937,33	8.355,87

CONFRARIA OU IRMANDADE DE STA EULÁLIA

Balanco (Individual ou Consolidado) em 31.15.2017

RUBRICAS	NOTAS	ANOS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1.259.792,33	1.349.208,72
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		1.144,03	594,03
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
		1.260.936,36	1.349.802,75
Ativo Corrente			
Inventários		3.489,85	3.243,73
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		7.465,38	8.230,18
Adiantamento a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		4.076,94	4.681,76
Acionistas / Sócios		2.865,00	0,00
Outras contas a receber		14.534,11	14.053,39
Diferimentos		0,00	0,00
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		917.419,19	858.567,36
		949.850,47	888.775,42
Total do Ativo		2.210.786,83	2.238.579,17

RUBRICAS	NOTA	ANOS	
		2017	2016
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	-	135.232,24	135.232,24
Ações (quotas) próprias	-	0,00	0,00
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	-	0,00	0,00
Prémios de emissão	-	0,00	0,00
Reservas Legais	-	0,00	0,00
Outras reservas	-	1.777.495,82	1.777.495,82
Resultados Transitados	-	159.045,06	150.689,19
Ajustamentos em ativos financeiros	-	0,00	0,00
Excedentes de revalorização	-	0,00	0,00
Outras variações no capital próprio	-	21.162,75	26.886,00
Resultado líquido do período	-	14.937,33	8.355,87
Interesses minoritários	-	0,00	0,00
Total do Capital próprio	-	2.107.873,20	2.098.659,12
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	-	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	-	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	-	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	-	0,00	0,00
Outras contas à pagar	-	0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	-	60,03	0,00
Adiantamentos de clientes	-	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	-	14.290,04	12.291,55
Acionistas / Sócios	-	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	-	0,00	0,00
Outras contas a pagar	-	88.563,56	127.628,50
Diferimentos	-	0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação	-	0,00	0,00
Outros passivos financeiros	-	0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda	-	0,00	0,00
Total do Passivo	-	102.913,63	139.920,05
Total do Capital Próprio e do Passivo	-	102.913,63	139.920,05
Total do Capital Próprio e do Passivo	-	2.210.786,83	2.238.579,17

Confraria ou Irmandade de Santa Eulália

**IPSS**D.R.III nº 249 de 29/10/91
NIPC: 501 825 444

CONSELHO FISCAL ACTA N° 51 DE 2018-03-10

ASSUNTO: Contas do ano de 2017

Em cumprimento ao disposto no artº. 38º, nº 1, alínea c), dos Estatutos, o Conselho Fiscal emite o seu “Parecer”, sobre o Relatório Anual e Contas de Gerência, elaboradas pela Direção, para serem votadas pela Assembleia Geral, nos termos seguintes:

As contas que nos foram apresentadas, relativas ao ano de 2017, sintetizam-se como se segue, expressas em euros:

DAS CONTAS PATRIMONIAIS

VALORES ACTIVOS	2 210 786,83
VALORES PASSIVOS E CAPITAL	2 195 849,50
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	14 937,33

DAS CONTAS DE RESULTADOS

PROVENTOS	1 022 587,46
CUSTOS	1 007 650,13
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	14 937,33

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL: Da comparação entre os valores orçamentados e os verificados revela que os “Rendimentos” tiveram um desvio positivo de 14.333,05 €, em termos percentuais de (1,42%). Em contrapartida, o desvio nos “Gastos” previstos e reais, foi desfavorável em (0,74%), 7.366,88 €, distribuídos pelo quadro que se segue:

COMPARATIVO RECEITAS/DESPESAS - ORÇAMENTO/REAL		
	TOTAL DOS PROVENTOS	SUPERAVIT
PREVISÃO	1 008 254,41	7 971,16
REAL	1 022 587,46	14 937,33
	14 333,05	6 966,17
	1,42% favorável	87,39% desfavorável

COMPARATIVO DESPESAS ORÇAMENTO/REAL

ORÇAMENTO	REAL	DESVIOS/VALOR	DESVIOS/%
61 140 300,00	142 155,04	-1 855,04	1,32%
62 157 008,56	163 481,48	-6 472,92	4,12%
63 587 744,69	588 372,55	-627,86	0,11%
64 115 000,00	111 707,63	3 292,37	-2,86%
65 0,00	0,00	0,00	
68 230,00	1 909,79	-1 679,79	desfavorável
69	23,64	-23,64	Desfavorável
	1 007 650,13	-7 366,88	0,74% desfavorável

Rua do Fojo nº 27 REPESES 3500-713 VISEU

Telefone: 232 429 796 Fax: 232 429 004
e-mail- confrariasantaemaulia@gmail.com



Confraria ou Irmandade de Santa Eulália

IPSS

D.R III nº 249 de 29/10/91

NIPC: 501 825 444

CONTAS	PROJETOS	ORÇADO	
71	0,00	0,00	0,00
72	663 851,73	664 977,73	-1 126,00 desfavorável
75	333 892,21	321 476,00	12 416,21 favorável
76		0,00	0,00
78	20 630,87	11 713,32	8 917,55 favorável
79	4 212,65	10 087,36	-5 874,71 desfavorável
	1 022 587,46	1 008 254,41	14 333,05 favorável

Da análise que efetuámos e das explicações que nos foram dadas, verificamos um aumento em relação ao orçamento de “Gastos”, justificados pelo aumento nos custos gerais de atividade, nomeadamente, eletricidade, comunicações, combustíveis, água conservação e reparação.

Em contrapartida verificou-se um aumento nos “Rendimentos”, essencialmente, justificados pelo aumento nos subsídios obtidos e rendimentos complementares, salientando-se pela negativa uma não confirmação na previsão nos juros bancários.

O Conselho Fiscal, depois da análise efetuada, verifica que o saldo final, foi positivo.

Apreciadas as contas relativas ao exercício da atividade desenvolvida pela Mesa Administrativa, desta instituição, durante o ano de 2017, emitimos o parecer seguinte:

- Sejam aprovados o Relatório, Balanço e Contas da Confraria de Santa Eulália, relativos ao ano de 2017;
- Seja aprovado um voto de louvor à Mesa Administrativa pela forma dedicada como se empenhou na gestão desta entidade;
- Seja prestado agradecimento público aos colaboradores da Confraria de Santa Eulália, pelo seu empenho e abnegação, tendo em vista o bom nome desta Instituição.

O PRESIDENTE

José Maurício Mendonça Costa

O SECRETÁRIO

José Luís Góes

O VOGAL

Adriano Vieira de Almeida

MAPA FLUXO DE CAIXA 2017

Fluxos de caixa das actividades operacionais	
Recebimentos utentes	994.060,10 €
Pagamentos Subsídios	
Pagamentos Apoios	
Pagamentos a fornecedores	-305.822,61 €
Pagamentos Pessoal	-439.257,28 €
Caixa gerada pelas operações	248.980,71 €
Pagamentos receb. ITC	-1.318,18 €
Outros pagamentos/recebimentos	-177.597,15 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (A)	70.064,88 €
Fluxos de caixa das activ.investimentos	
Pagamentos Respeitantes a:	
Ativos Fixos Tangíveis	-22.230,84 €
Ativos Intangíveis	
Investimentos Financeiros	-959,15 €
Outros Ativos	
Recebimentos Provenientes de:	
Ativos Fixos Tangíveis	7.665,61 €
Ativos Intangíveis	
Investimentos Financeiros	98,68 €
Outros Ativos	
Subsídios Investimento	
Juros e rendimentos similares	4.212,65 €
Dividendos	
Fluxos de caixa das ativ.investimento (B)	-15.212,05 €
Fluxos Caixa Atividades Financiamento	
Recebimentos Provenientes de:	
Financiamentos Obtidos	0,00 €
Pagamentos Respeitantes a :	
Financiamentos Obtidos	
Fluxos Atividades Financiamento (C)	0,00 €
Variação Caixa e Seus Equivalentes	58.851,83 €
Caixa e equivalentes inicio Periodo	858.567,36 €
Caixa e equivalentes Fim Periodo	917.419,19 €
Variação	58.851,83 €



Confraria ou Irmandade de Santa Eulália

IPSS

D.R III nº 249 de 29/10/91
NIPC: 501 825 444

ATA Nº 63

Aos vinte e três dias do mês de Março de dois mil e dezotto, reuniram em Assembleia Geral Ordinária os Irmãos da Confraria ou Irmandade de Santa Eulália, conforme convocatória para o efeito, ao abrigo dos estatutos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1º - Apreciar, discutir e aprovar o Relatório de Atividades e Contas ano de 2017 e do parecer do órgão de fiscalização.

2º - Meia hora para discutir assuntos de interesse da Confraria.

*

À hora marcada verificou-se não haver número de irmãos suficientes para dar início à Assembleia.

Verificou-se a ausência justificada do Presidente da Assembleia Geral Alfredo Fernando Gomes Martins de Carvalho, sendo substituído pelo irmão da confraria José Almeida Neves.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Assembleia Geral deu início à mesma, com a presença de vinte e quatro irmãos.

Lida a ata número sessenta e dois, foi posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

*

Passando ao PRIMEIRO ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Vogal do Conselho Fiscal, Rui Pedro Paiva Almeida, tendo lido a Ata nº 51, datada de 10-03-2018, com o parecer favorável ao relatório apresentado pela Mesa Administrativa.

Pedida a palavra pelo irmão António Santos Peres congratulou-se com a mesa administrativa, atento o aumento do custo de vida, as despesas com o pessoal em virtude do aumento do Salário Mínimo Nacional e mesmo assim a situação económica da instituição é positiva, comparada com os anos anteriores.



Confraria da Imaculada de Santa Cília

IPSS

D.R.III nº 249 de 29/10/91
NIPC: 501 825 444

*

Posto à votação o Relatório de Contas de 2017 foi o mesmo APROVADO por unanimidade, bem como conforme proposto pelo Conselho Fiscal na referida ata, um voto de louvor à Mesa Administrativa, pela forma dedicada como se empenhou na gestão da Instituição e também de reconhecimento aos colaboradores da Instituição pelo seu empenho e abnegação.

Passando de imediato ao SEGUNDO ponto da ordem de trabalhos, foi pedida a palavra pela irmã Olga Sacramento, começando por desejar votos de rápidas melhorias ao Presidente da Assembleia Geral Alfredo Fernando Gomes Martins de Carvalho. Estes votos foram reiterados por todos os irmãos presentes.

Agradeceu a rapidez de intervenção da instituição na doença da sua mãe, cliente do lar.

Quanto à situação dos idosos disse que tem que ser alterada dizendo que estão muito fechados, a sala de convívio tem de ser modificada, é tudo menos uma sala de convívio, o mobiliário é muito frágil e a disposição da televisão não é a melhor e os idosos estão muito adormecidos.

Acrescentou que os utentes precisam de mais apoio médico, sugerindo que o médico deveria estar mais horas na instituição e quando há a necessidade de irem ao hospital, poderiam levar um relatório médico e serem acompanhados de um enfermeiro. Disse ainda que o médico da instituição é muito cuidadoso com os idosos.

O Presidente da Mesa Administrativa disse que compreende as preocupações da irmã Olga Sacramento, uma vez que a sua mãe é cliente da instituição. Referiu que já foram feitos melhoramentos, nomeadamente a melhoria do ar condicionado, reconhecendo haver défice de espaços. Na parte inferior do edifício está previsto fazer obras para o ATL, sendo necessário o alargamento do edifício.

Referiu que os funcionários têm formações periódicas, com vista a melhorar as suas competências e relação com os clientes.

Página 2 de 5



Confraria ou Comunidade de Santa Eulália

IPSS

D.R.III nº 249 de 29/10/91
NIPC: 501 825 444

Quanto à questão médica disse que estão a trabalhar no sentido de aumentar as horas de permanência do médico na instituição, se possível a tempo inteiro.

Dada a palavra ao Dr. Luis Nogueira, médico da instituição começou por fazer uma caracterização dos idosos da instituição: 70% são mulheres; 66% com mais de 85 anos; 25% com mais de 90 anos; 95% toma mais de 5 medicamentos; 40% tem excesso de peso ou obesos; 1/3 sofre de demência; 1/2 dependentes e 4% estão muito frágeis ou acamados dependendo de terceira pessoa.

Para um melhor bem estar dos idosos seria aconselhável haver um maior apoio familiar e agradeceu o trabalho efetuado pelas auxiliares de geriatria. Disse que estamos a lidar com uma população muito frágil.

Referiu que seria útil o trabalho de mais técnicos especializados, nomeadamente de um fisioterapeuta.

Quanto à questão acima suscitada da elaboração de um relatório médico a acompanhar o doente a instituição hospitalar, disse que não é necessária a sua elaboração.

Pedida a palavra pelo irmão Alexandre Monteiro disse que seria útil para os utentes a permanência de um profissional de enfermagem durante as vinte e quatro horas do dia.

Pedida a palavra novamente pela irmã Olga Sacramento referiu que não podem ser só os familiares a cuidar dos idosos, sugerindo também um profissional de enfermagem em permanência durante as vinte e quatro horas do dia.

Reconheceu mais uma vez o bom trabalho desempenhado pelos funcionários da instituição.

Pelo Presidente da Mesa Administrativa foi dito que as horas enfermagem disponibilizadas pela instituição é superior ao previsto na lei e que estas tem vindo constantemente a aumentar, estando já em funções duas enfermeiras.

Referiu que a idade dos idosos tem vindo a aumentar, o que é um sinal de qualidade dos serviços prestados pela instituição.



Confraria ou Irmandade de Santa Eulália

IPSS

D.R III nº 249 de 29/10/91
NIPC: 501 825 444

Quanto aos recursos humanos disse que a instituição tem o essencial e que a aplicação das tabelas salariais da CNIS obrigou à atualização dos salários dos funcionários.

Pedida a palavra pelo irmão Rui Pedro Paiva, começou por agradecer aos obreiros desta instituição, prestando serviços de qualidade referindo que os seus filhos frequentam a instituição.

Sugeriu que poderiam ser elaborados protocolos com instituições privadas de saúde, com vista a melhorar os cuidados de saúde a prestar aos clientes.

Disse ainda que seria benéfico para os clientes de todas as valências da instituição uma maior interação entre o lar e as crianças.

Pelo Presidente da Mesa Administrativa foi dito que estão a estudar a possibilidade de celebração de acordos com instituições privadas de saúde. Alertou que os clientes teriam de suportar o custo desses serviços e que nem todos têm disponibilidade para isso.

Em termos de recursos humanos afetos ao lar são cerca de 28 funcionários, sendo 17 auxiliares, assistente social, animadora cultural, enfermeiras, médico, auxiliares de cozinha e auxiliares de lavandaria.

*

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia e lavrada a presente ata, que vai ser assinada.

Presidente (em substituição)


José Almeida Neves

1º Secretário


Luis Miguel Cabido Almeida Neves



Confraria da Santíssima Culpa

IPSS

D.R III nº 249 de 29/10/91
NIPC: 501 825 444

Alexandre Manuel Ferreira Monteiro

2º Secretário

Alexandre Manuel Ferreira Monteiro